# República Democrática de Timor-Leste

# Reunião com os Parceiros de Desenvolvimento em 2014

## DOCUMENTO DE FUNDO

## PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO PARA 2011 A 2030: GESTÃO PARA MELHORES RESULTADOS

DÍLI, TIMOR-LESTE
25 e 26 de Julho de 2014

# Índice

**Introdução** ..... **1**
**O Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste para 2011 a 2030** ..... **2**
**O Mecanismo de Coordenação de Políticas de Desenvolvimento de Timor-Leste** ..... **2**
**A Matriz do PED de Timor-Leste - Metodologia e Filosofia** ..... **3**
Promoção de uma abordagem a nível de todo o governo e provisão de boa governação ..... **5**
Desenvolvimento da Matriz do PED ..... **6**
Um documento vivo ..... **6**
A Matriz do PED e os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio ..... **7**
O Novo Acordo, o g7+ e a agenda de desenvolvimento global pós-2015 ..... **7**
**Análise intercalar do Plano Estratégico de Desenvolvimento** ..... **8**

**Figuras**

Figura 1 Estrutura de Governação do Mecanismo de Coordenação de Políticas de Desenvolvimento (MCPD) ..... **3**
Figura 2 Matriz do PED - Hierarquia das Metas ..... **4**
Figura 3 Matriz do PED - Estabelecimento de Alvos ..... **4**
Figura 4 Matriz do PED - Alocação e níveis de responsabilidade ..... **5**

**Anexo** ..... **9**
Exemplo de Matriz do PED: Sector Estratégico de Desenvolvimento Económico, Meta 1 ..... **9**

# Introdução

1. O povo timorense lutou durante vinte e quatro longos e difíceis anos para conquistar a independência. Quando em 2002 finalmente concretizámos o nosso sonho de uma República Democrática de Timor-Leste renascida, deparámo-nos com um novo conjunto de desafios. Não dispúnhamos de recursos humanos, de infra-estruturas e finanças básicas, e de um aparelho de Estado. Éramos um povo marcado pelo conflito, sendo que nos primeiros anos da independência vivemos um ciclo de conflitos e perturbações a cada dois anos, culminando com a crise de 2006.

2. Com a eleição do Governo Gusmão em 2007, Timor-Leste encetou um período de estabilidade e de paz. Isto trouxe os alicerces para haver confiança no futuro, bem como para um crescimento económico sustentado e para progressos a nível de desenvolvimento. Os resultados em termos de saúde e educação continuam a melhorar, juntamente com o bem-estar geral da população. As reservas do Fundo Petrolífero também continuam a aumentar, tendo passado de 1,8 mil milhões de dólares em 2007 para mais de 15 mil milhões actualmente. Timor-Leste está igualmente a começar a contribuir para a comunidade internacional, incluindo através da liderança do g7+, da presidência da Comissão Económica e Social das Nações Unidas para a Ásia Pacífico (CESAP) e da presidência da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

3. Os progressos a nível de estabilidade e desenvolvimento permitiram a Timor-Leste deixar para trás a gestão de crises e começar a planear o futuro. Na Reunião de Timor-Leste com os Parceiros de Desenvolvimento (RTLPD) em 2011 foi lançado o Plano Estratégico de Desenvolvimento para 2011 a 2030 (Plano Estratégico de Desenvolvimento), estabelecendo o enquadramento para, até 2030, transformar Timor-Leste num país com rendimentos médio-altos e com uma população saudável, instruída e a viver em segurança.

4. O Primeiro-Ministro Gusmão foi reeleito em 2012, o que constituiu um endosso do Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste e da sua visão para o futuro. O novo governo começou a implementar o Plano Estratégico de Desenvolvimento, sendo que embora já tenham sido feitos grandes progressos continua a haver muito por fazer para melhorar os serviços governamentais, construir infra-estruturas, criar emprego e erradicar a pobreza.

5. Na Reunião de Timor-Leste com os Parceiros de Desenvolvimento em 2013, o Governo anunciou o estabelecimento de um Mecanismo de Coordenação de Políticas de Desenvolvimento para facilitar a implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento. Este Mecanismo é composto por quatro Sectores Estratégicos coordenados pelo Gabinete do Primeiro-Ministro e por um Secretariado Nacional. Os Sectores Estratégicos estão alinhados directamente com os quatro pilares do Plano Estratégico de Desenvolvimento.

6. Para permitir ao Mecanismo de Coordenação de Políticas de Desenvolvimento ser eficaz foi desenvolvida uma ferramenta para conduzir a prestação e garantir a implementação de políticas. Esta ferramenta é a Matriz do PED e fornece uma estrutura e um processo para se conseguirem resultados. Estabelece uma hierarquia de metas agrupadas sob os quatro Sectores Estratégicos. A Matriz do PED atribui responsabilidades pelos resultados relativamente a cada meta.

7. A Matriz do PED reconhece igualmente a importância dos parceiros de desenvolvimento de Timor-Leste na melhoria das vidas dos timorenses. A Matriz do PED atribuiu não só responsabilidade ao governo, como também aos parceiros de desenvolvimento. Assim, de forma consistente com a Agenda de Acção de Acra e com o Novo Acordo para Envolvimento em Estados Frágeis, a Matriz do

PED alinha as actividades dos parceiros de desenvolvimento com as prioridades nacionais e prevê responsabilização pelos resultados.

8. O trabalho do Mecanismo de Coordenação de Políticas de Desenvolvimento no uso da Matriz do PED será vital para o sucesso do Plano Estratégico de Desenvolvimento. A Matriz do PED será lançada e discutida na Reunião com os Parceiros de Desenvolvimento em 2014.

## O Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste para 2011 a 2030

9. A 12 de Julho de 2011 o Plano Estratégico de Desenvolvimento foi lançado na Reunião de Timor-Leste com os Parceiros de Desenvolvimento de 2011. O Plano Estratégico de Desenvolvimento prevê um quadro a longo prazo para a concretização da visão de Timor-Leste de se tornar, até 2030, um país com rendimentos médio-altos e com uma população saudável, instruída e a viver em segurança. O plano estabelece um pacote integral de políticas estratégicas a ser implementadas a curto prazo (um a cinco anos), a médio prazo (cinco a dez anos) e a longo prazo (dez a vinte anos). Integra e incorpora também os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e o Novo Acordo para Envolvimento em Estados Frágeis.

10. O Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste assenta em torno de quatro pilares: capital social, desenvolvimento de infra-estruturas, desenvolvimento económico e quadro institucional. Na Reunião com os Parceiros de Desenvolvimento em 2011, o governo de Timor-Leste e os nossos parceiros de desenvolvimento acordaram que o Plano Estratégico de Desenvolvimento seria o quadro geral para todos os programas e projectos futuros. Esta reunião endossou igualmente o Pacto de Desenvolvimento de Díli, o qual compromete os parceiros de desenvolvimento a utilizar sistemas nacionais e a partilhar responsabilidades, incluindo no que diz respeito ao apoio ao Plano Estratégico de Desenvolvimento.

## O Mecanismo de Coordenação de Políticas de Desenvolvimento

11. Em 2013 o Governo estabeleceu um Mecanismo de Coordenação de Políticas de Desenvolvimento para fiscalizar, monitorizar e coordenar a implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento e do Programa Governamental Quinquenal. Um dos principais objectivos do Mecanismo de Coordenação de Políticas de Desenvolvimento é servir como fórum permanente para diálogo político entre o governo e os parceiros de desenvolvimento.

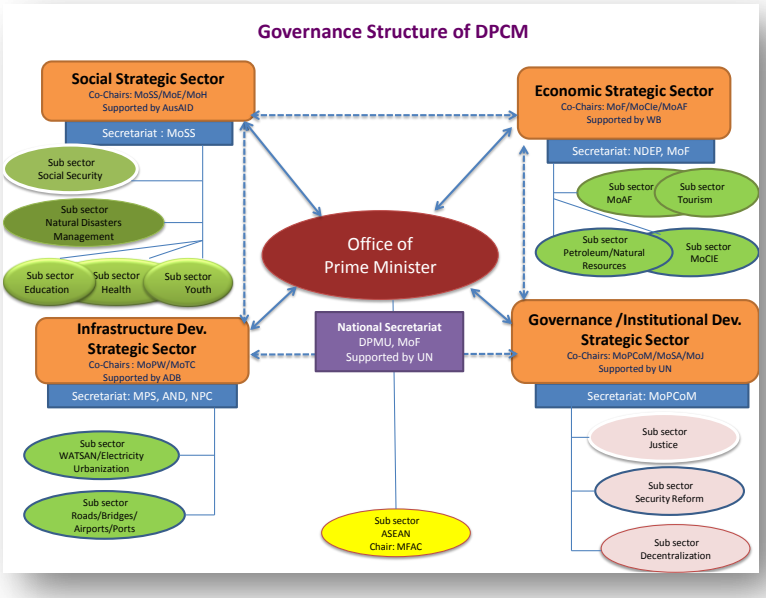
12. Com base nas lições aprendidas no Programa de Prioridades Nacionais, nos princípios da Agenda de Acção de Acra e no Novo Acordo para Envolvimento em Estados Frágeis, o Mecanismo de Coordenação de Políticas de Desenvolvimento pertence ao país e é liderado por este, estando alinhado com o sistema de planeamento e orçamento do Governo. O Mecanismo de Coordenação de Políticas de Desenvolvimento consiste em quatro Sectores Estratégicos que reflectem os pilares políticos do Plano Estratégico de Desenvolvimento. A saber:

- Sector Estratégico Social
- Sector Estratégico de Desenvolvimento de Infra-estruturas
- Sector Estratégico Económico, e
- Sector Estratégico de Governação e Desenvolvimento Institucional.

13. O Mecanismo de Coordenação de Políticas de Desenvolvimento irá monitorizar os progressos, desafios e resultados na implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento utilizando a ferramenta da Matriz do PED. Tendo a Matriz do PED como quadro, o Mecanismo de Coordenação de Políticas de Desenvolvimento irá fiscalizar os resultados conseguidos pelo governo e parceiros de desenvolvimento. Irá também trabalhar com ministérios para garantir que o orçamento está ligado às actividades estabelecidas na Matriz do PED e nos Planos de Acção Anuais.

14. O Gabinete do Primeiro-Ministro, com o apoio do Ministério das Finanças, gere o Mecanismo de Coordenação de Políticas de Desenvolvimento e fiscaliza os quatro Sectores Estratégicos. Os Grupos de Trabalho dos Sectores Estratégicos são copresididos pelos Ministérios relevantes e contarão com o apoio de parceiros de desenvolvimento designados. A Figura 1 mostra a estrutura do Mecanismo de Coordenação de Políticas de Desenvolvimento.

**Figura 1 Estrutura de governação do Mecanismo de Coordenação de Políticas de Desenvolvimento (MCPD)**




## A Matriz do PED – Metodologia e Filosofia

15. A Matriz do PED foi desenvolvida para fornecer uma estrutura para a gestão e concretização de resultados. Estabelece um processo que visa garantir a identificação, a responsabilização e a boa governação.

16. A Matriz do PED está estruturada com uma hierarquia de metas. No nível 1 existem 18 metas de alto nível directamente relacionadas e agrupadas em torno dos quatro pilares do Plano Estratégico de Desenvolvimento. Abaixo das metas, existem no nível 2 'sub-metas', no nível 3 'produtos e serviços' e no nível 4 'actividades'. A Figura 2 mostra um exemplo da hierarquia de metas.

17. Em cada nível na hierarquia de metas existem alvos específicos contra os quais se podem medir os resultados. A inclusão de alvos promove e apoia o planeamento. É importante notar que as 'actividades' no nível 4 devem ser traduzidas directamente para os Planos de Acção Anuais e ligadas ao Orçamento Nacional. Desta forma estabelece-se uma ligação concreta entre

planeamento e orçamentação. A Figura 4 mostra como se estabelecem alvos através dos vários níveis.

18. Os alvos na Matriz do PED são como Principais Indicadores de Desempenho na medida em que constituem um método para avaliar o desempenho do governo numa base periódica que é fácil de entender, significativa e mensurável. Os alvos permitem também aos Ministérios realizar avaliações de desempenho com vista a identificar progressos, melhorar áreas onde o desempenho seja insatisfatório e responsabilizar pessoas pela concretização de resultados.

19. Embora os ministérios tenham assumido a pertença dos alvos na Matriz do PED, reconhecem que é necessário manter funções essenciais. Por exemplo, a PNTL deve continuar a receber chamadas de emergência e o hospital deve continuar a fazer exames de raio-X.

**Figura 2 Matriz do PED – Hierarquia de Metas**

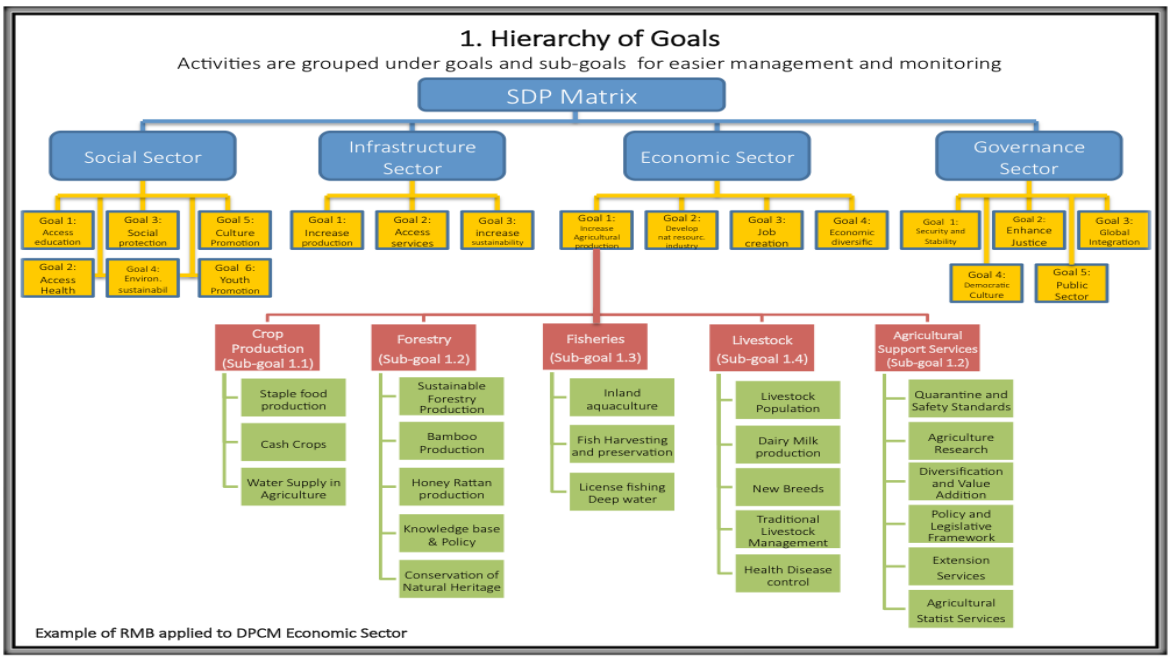
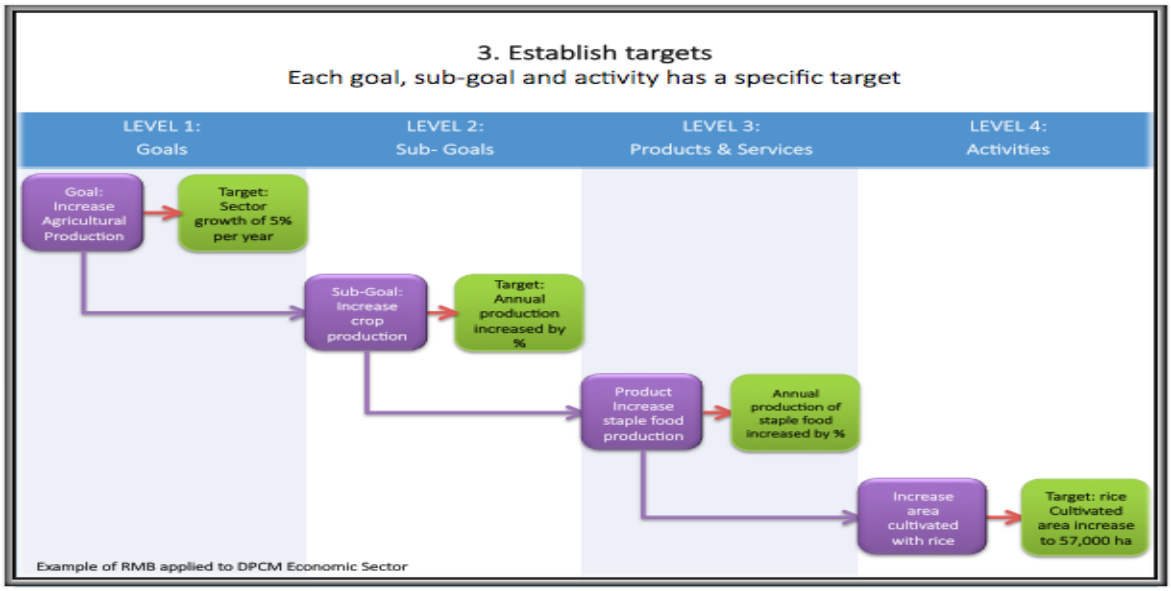



**Figura 3 Matriz do PED – Estabelecimento de alvos**

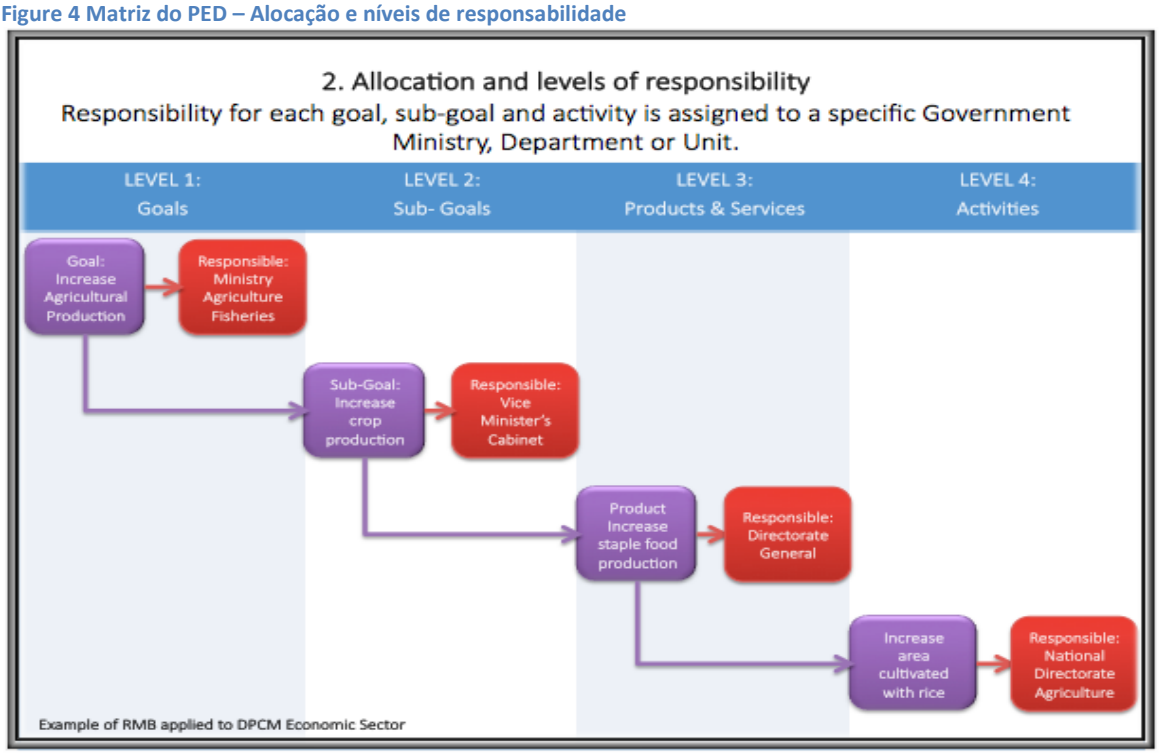


## Promoção de uma abordagem de todo o governo e provisão e boa governação

20. A Matriz do PED apoiará uma abordagem a nível de todo o governo e terá um papel importante na promoção de boa governação no governo de Timor-Leste. Uma abordagem a nível de todo o governo requer coerência, coordenação e complementaridade entre os ministérios operacionais. A boa governação requer responsabilização, abertura, transparência e liderança. A Matriz do PED, orientando o trabalho do Mecanismo de Coordenação de Políticas de Desenvolvimento e sendo liderada por este, será uma ferramenta importante para fortalecer a cultura de boa governação.

21. A Matriz do PED estabelece alvos e, mais importante ainda, atribui responsabilidades pela concretização destes alvos. Deste modo, a Matriz do PED atribui responsabilidades relativamente a cada meta, sub-meta e actividade atribuída a um Ministério, departamento, posição ou unidade governamentais específicos. A Figura 3 mostra como as responsabilidades são alocadas através dos vários níveis.

**Figure 4 Matriz do PED – Alocação e níveis de responsabilidade**




22. O funcionamento da Matriz do PED também separa processos de responsabilização dos responsáveis por execução ou implementação. Deste modo, com os ministérios operacionais e os parceiros de desenvolvimento a assumirem responsabilidade pelos alvos, a Matriz do PED providencia um forte processo de responsabilização.

23. Com o Novo Acordo para Envolvimento em Estados Frágeis, o g7+ exige responsabilização da parte dos parceiros de desenvolvimento pelos resultados atingidos através da assistência de desenvolvimento. Consistente com esta abordagem, é também importante que Timor-Leste exija responsabilização da parte dos ministérios que gastam dinheiros públicos pelos resultados.

24. Com a sua gama alargada de membros, envolvendo diversos ministérios e agências do Estado, bem como parceiros de desenvolvimento, o Mecanismo de Coordenação de Políticas de Desenvolvimento também traz abertura e transparência na fiscalização da Matriz do PED, o que reforça ainda mais a boa governação em Timor-Leste.

25. Todavia, a boa governação não é um fim em si mesmo. A finalidade da boa governação é possibilitar melhores resultados. Deste modo, a Matriz do PED terá um papel importante na melhoria da prestação de serviços e na condução do desempenho do governo.

## Desenvolvimento da Matriz do PED

26. O desenvolvimento da Matriz do PED foi um processo altamente inclusivo e colaborativo, com o envolvimento intensivo de ministérios e de parceiros de desenvolvimento. Em muitas formas, o desenvolvimento da Matriz do PED reflectiu a filosofia inclusiva por detrás do processo realizado para preparar o Plano Estratégico de Desenvolvimento. Com o Plano Estratégico de Desenvolvimento o governo determinou-se a estabelecer consultas amplas a fim de permitir a elaboração de um plano que reflectisse as prioridades e as esperanças do povo timorense. Foram realizadas consultas comunitárias, lideradas pelo Primeiro-Ministro, em todos os 65 subdistritos de Timor-Leste. O feedback resultante destas consultas e os planos estratégicos de Ministérios individuais informaram e foram incorporados no Plano Estratégico de Desenvolvimento. Deste modo garantiu-se que os timorenses eram os donos do seu plano nacional.

27. A Matriz do PED foi desenvolvida no mesmo espírito de pertença, inclusão e trabalho em colaboração. Desta forma garantiu-se que a Matriz do PED incorpora os conhecimentos dos ministérios especializados e que estes concordam com os alvos e metas relevantes e que os apoiam. Foi por esta razão que o caminho para o desenvolvimento da Matriz do PED foi deliberadamente um caminho pouco abstrato ou académico. Embora pudesse ter sido uma opção preparar uma Matriz do PED 'a partir de cima' que parecesse intelectualmente coerente, não haveria identificação entre essa Matriz e os ministérios, sendo também que essa Matriz não incorporaria a nossa realidade, contexto, capacidade e experiência locais. Ao invés disto, o objectivo máximo do governo era garantir que as pessoas responsáveis por concretizar as metas constantes da Matriz se sentiam identificadas com essas metas. Embora isto possa significar que algumas metas são demasiado ambiciosas e que outras não são suficientemente ambiciosas, foi estabelecido um sistema de responsabilização a nível local. Consistente com a filosofia do Novo Acordo para Envolvimento em Estados Frágeis, este processo garante que a Matriz do PED é pertence a Timor-Leste e é liderada por este.

## Um documento vivo

28. É importante reconhecer que a Matriz do PED é um documento vivo. Não está escrita na pedra, caso contrário tornar-se-ia obsoleta à medida que as circunstâncias se fossem alterando. À medida que o Mecanismo de Coordenação de Políticas de Desenvolvimento e que os ministérios e parceiros de desenvolvimento relevantes aplicam a Matriz do PED, tornar-se-á aparente que poderão ser necessárias emendas ocasionais, a fim de levar em conta os progressos na implementação, a evolução dos contextos locais, a alteração nas prioridades de governo e outras questões emergentes.

29. A possibilitação de emendas à Matriz do PED permitirá igualmente a incorporação das lições aprendidas, à medida que trabalhamos rumo à concretização das suas metas. Deste modo

podemos garantir que adoptamos um processo de melhoria contínua na actualização da Matriz do PED enquanto determinamos formas melhores de avançar

A Matriz do PED é um documento grande e complexo. Levou muitos meses a desenvolver e envolveu as contribuições de muitas pessoas espalhadas pelo governo. Houve também desafios em algumas áreas políticas em termos de envolvimento dos ministérios. Em face disto, é provável que a Matriz do PED contenha alguns erros ou questões que poderão beneficiar de mais consideração. Será também necessário ocasionalmente avaliar a operação da Matriz do PED, o que poderá revelar necessidades em termos de mudanças. Por estas razões a Matriz do PED será um documento vivo que estará aberto a correcções e melhorias.

## A Matriz do PED e os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

30. Os líderes mundiais na Cimeira do Milénio das Nações Unidas, em 2000, acordaram um conjunto de oito metas mensuráveis e com prazos para combater a pobreza, a fome, o analfabetismo, a doença, a discriminação contra as mulheres e a degradação ambiental. Timor-Leste reconheceu que os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, a serem concretizados até 2015, constituem uma base para melhorar consideravelmente as vidas das populações.

31. O Plano Estratégico de Desenvolvimento incorpora os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, pelo que a Matriz do PED está também alinhada com estes objectivos.

32. Timor-Leste está a fazer progressos consideráveis relativamente a dois objectivos: atingir o ensino primário universal e promover a igualdade do género e a autonomização das mulheres. Timor-Leste ultrapassou também os seus alvos sob os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio para a taxa de mortalidade de crianças com menos de cinco anos [96 mortes por cada 1.000 nados vivos] e para a taxa de mortalidade infantil [53 mortes por cada 1.000 nados vivos]. Os alvos e acções quinquenais estabelecidos no Plano Estratégico de Desenvolvimento foram concebidos para ajudar os esforços de Timor-Leste rumo à concretização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

33. Todavia, e à semelhança do que acontece com muitas outras nações frágeis e em situação de pós-conflito, será pouco provável que Timor-Leste concretize os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio até à data estabelecida de 2015. Por esta razão, Timor-Leste está a trabalhar com afinco para garantir que a agenda de desenvolvimento pós-2015 reconhece devidamente que antes de se poderem conseguir progressos substanciais em termos de desenvolvimento é necessário que haja paz e estabilidade.

## O Novo Acordo, o g7+ e a agenda de desenvolvimento pós-2015

34. Timor-Leste está a trabalhar lado a lado e de forma solidária com nações frágeis a nível da construção da paz e construção do estado. Timor-Leste é um dos líderes do g7+, um grupo de 20 nações frágeis[1] que se juntaram para falar a uma só voz na defesa de alterações nas políticas de desenvolvimento global. Os países do g7+ sabem por experiência própria que não é possível erradicar a pobreza se não houver paz e estabilidade. Embora estas nações sejam diferentes em termos de localização geográfica, idiomas, história, cultura, tradições e causas da fragilidade,

[1] Afeganistão, Burundi, República Centro-Africana, Chade, Comores, Costa do Marfim, República Democrática do Congo, Guiné, Guiné-Bissau, Haiti, Libéria, Papua Nova Guiné, São Tomé e Príncipe, Serra Leoa, Ilhas Salomão, Somália, Sudão do Sul, Timor-Leste, Togo e Iémen.

partilham muitas semelhanças nas suas experiências de construção da paz e construção do estado.

35. As nações do g7+ estão também a trabalhar lado a lado para garantir que a agenda de desenvolvimento pós-2015 aborda a necessidade de paz e estabilidade, e que as perspectivas dos estados frágeis são centrais para o diálogo global. Esta mudança na agenda reflecte os princípios do Novo Acordo para Envolvimento em Estados Frágeis (Novo Acordo), emitido a 30 de Novembro de 2011 no 4.º Fórum de Alto Nível sobre Eficácia da Ajuda em Busan, na Coreia do Sul. O Novo Acordo para Envolvimento em Estados Frágeis foi desenvolvido e amplamente endossado.

36. O Novo Acordo assinala uma mudança fundamental na forma como a comunidade internacional trabalha com estados frágeis, possibilitando uma melhor liderança por parte dos países receptores e uma melhor coordenação da assistência internacional. Com cerca de 1,5 mil milhões de pessoas espalhadas pelo mundo vivendo em áreas afectadas pela fragilidade, crime organizado e conflito, esta nova abordagem não é só necessária, é também urgente.

37. Timor-Leste é um dos sete países-piloto a implementarem o Novo Acordo, tendo a Austrália como principal parceiro de desenvolvimento. Esta implementação inclui a adopção de Indicadores do Novo Acordo sobre Construção da Paz e Construção do Estado (OPEs) e a garantia de que existe um compromisso relativamente ao documento 'Uma Visão, Um Plano'. A Matriz do PED apoia a implementação do Novo Acordo em Timor-Leste através da incorporação dos OPEs e do assentamento num único plano nacional, o Plano Estratégico de Desenvolvimento.

## Análise intercalar do Plano Estratégico de Desenvolvimento

38. O Plano Estratégico de Desenvolvimento fornece o quadro para Timor-Leste se tornar uma nação com uma população instruída e qualificada, cuidados de saúde universais de qualidade, boas infra-estruturas, um sector privado forte a operar numa economia diversificada e uma sociedade próspera com rendimentos, alimentação e habitação adequados para todos os cidadãos. Sendo um documento quadro, o plano precisa ser revisto para levar em conta os progressos, as mudanças a nível de circunstâncias e outras questões emergentes.

39. O V Governo Constitucional de Timor-Leste realizará uma análise intercalar ao Plano Estratégico de Desenvolvimento, com início em 2015, a fim de garantir que este continua a providenciar o quadro para o desenvolvimento nacional até 2030. Até 2015 será estabelecida uma missão para realizar esta tarefa e para determinar eventuais ajustes necessários ao plano. A missão será composta por instituições relevantes, incluindo o Gabinete do Primeiro-Ministro, o Ministério das Finanças, ministérios operacionais, parceiros de desenvolvimento e um consultor independente especializado e experiente.

# Anexo

## Exemplo da Matriz do PED: Sector Estratégico de Desenvolvimento Económico, Meta 1

O exemplo seguinte ilustra a estrutura da Matriz do PED para uma parte da Meta 1: Sector Estratégico de Desenvolvimento Económico. Mostra como os quatro níveis da Matriz do PED operam, indicando apenas uma selecção dos alvos nos níveis de Produtos e Serviços e Actividades

| | |
|---|---|
| **Meta 1:** | **Aumentar a produção agrícola para reduzir a pobreza e garantir a segurança alimentar** |
| **Sub-meta:** | **Aumentar a produção das colheitas** |
| Alvo: | Aumentar a quantidade produzida anualmente em 5% |
| Situação Actual: | 2% de aumento no ano de 2013 |
| Responsável: | Ministro da Agricultura e Pescas (MAP) e Ministro do Comércio, Indústria e Ambiente (MCIA) |
| **Sub-meta:** | **Aumentar a produção de alimentos essenciais e a segurança alimentar** |
| Alvo: | Aumentar a quantidade produzida anualmente em 5% |
| Situação Actual: | 2% de aumento no ano de 2013 |
| Responsável: | Vice-Ministro da Agricultura e Pescas (VMAP) |
| Alvo: | Aumentar a produção das colheitas em 35% até 2018 |
| Situação Actual: | Aumento na produtividade de aproximadamente 30% entre 2007 e 2012 |
| Responsável: | Vice-Ministro da Agricultura e Pescas (VMAP) e Director-Geral de Agricultura e Pecuária |
| **Produtos e Serviços[2]:** | **Aumentar a produção de alimentos essenciais e a segurança alimentar** |
| Alvo: | Comprar pelo menos 10.000 toneladas de colheitas domésticas de alimentos essenciais por ano até 2017 ('Povo Kuda Governu Sosa') |
| Situação Actual: | 4.000 toneladas de arroz com casca, 100 toneladas de milho e 50 toneladas de feijão compradas em 2013 |
| Responsável: | Ministro do Comércio, Indústria e Ambiente (MCIA) |
| Alvo: | Realizar estudos para facilitar e melhorar o processamento de produtos agrícolas |
| Situação Actual: | 1 estudo sobre óleo de coco previsto para estar concluído até ao final de 2014 |
| Responsável: | Ministro do Comércio, Indústria e Ambiente (MCIA) |
| **Actividade[3]:** | **Aumentar a produção de arroz** |
| Alvo: | Aumentar a produção de arroz para 85.000 toneladas até 2020 |
| Situação Actual: | 52.399 toneladas até ao 3.º trimestre de 2013 |
| Responsável: | Director Nacional de Agricultura e Pecuária |
| Alvo: | Aumentar a área cultivada para 70.000 ha até 2020 |
| Situação Actual: | 30.578 ha até ao 3.º trimestre de 2013 |
| Responsável: | Director Nacional de Agricultura e Pecuária |

[2] Esta é apenas uma selecção de várias metas para Produtos e Serviços sob 'Aumentar a produção de alimentos essenciais e a segurança alimentar.'
[3] Esta é apenas uma selecção de 17 alvos sob a Actividade 'Aumentar a produção de arroz'